

PROGRAMAÇÃO

19 DE SETEMBRO DE 2017 (TERÇA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	LOCAL
8h	Montagem de Pôsteres	Montagem de pôsteres pelos alunos PIBIC/CNPq, PIBITI/CNPq, IT/Grupo Engenho, FAPIC/Reitoria, – período de agosto de 2017 a julho de 2018 – PIBIC-EM/CNPq, CNPq/Edital e FAPESP	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco E – Quadra Coberta
8h30 às 9h15	Abertura	<u>Abertura oficial do evento</u> Palestra: Cultura e/ou sabedoria? As bases antropológicas da educação e da formação Profa. Dra. Ângela Ales Bello - <i>Pontificia Università Lateranense di Roma</i>	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco E Auditório Dom Agnelo Rossi
9h15 às 12h	Mostra de Pôsteres	Mostra de pôsteres dos alunos PIBIC/CNPq, PIBITI/CNPq, IT/Grupo Engenho, FAPIC/Reitoria, – período de agosto de 2017 a julho de 2018 – PIBIC-EM/CNPq, CNPq/Edital e FAPESP	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco E – Quadra Coberta
14h às 16h30	Sessões de Comunicação Oral	Sessões de Comunicação Oral PIBIC/CNPq e PIBITI/CNPq – período de agosto de 2016 a julho de 2017	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco E Salas: 101, 102, 109, 112, 113, 114, 115, 116 e 117
17h às 19h	Minicursos	Gerenciadores e Identificadores bibliográficos para a prática da pesquisa científica e tecnológica Prof. Dr. César Antonio Pereira	<i>Campus I</i> Prédio H03 (CLC) - Laboratório de Informática, Sala 04
		Design de Produtos e Processos Avançados Profa. Dra. Betânia Hoss Lunelli	<i>Campus I</i> Prédio H06 (CEATEC), Laboratório de Informática, Salas 13 e 14
		Simulação de Sistemas de Comunicações Ópticas Prof. Dr. Eric Alberto de Mello Fagotto	<i>Campus I</i> Prédio H06 (CEATEC), Laboratório de Informática, Label, Sala 16
		Da distinção teórica entre princípios lógicos, científicos e jurídicos Prof. Dr. Josué Mastrodi Neto	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 308
		Produtos elaborados a partir da nanotecnologia e a tutela do consumidor: um diálogo entre Direito do Consumidor, Direito dos Resíduos e Direito Ambiental Prof. Dr. Cláudio José Franzolin	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 309
		Fundamentos da Educação: História, Sociologia e Filosofia em debate Prof. Dr. André Pires, Prof. Dr. Artur José Renda Vitorino e Prof. Dr. Samuel Mendonça	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 310

19 DE SETEMBRO DE 2017 (TERÇA-FEIRA) - continuação

HORÁRIO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	LOCAL
17h às 19h	Minicursos	Trabalho decente no marco da Organização Internacional do Trabalho Prof. Dr. Silvio Beltramelli Neto	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 312
		Pesquisa e Ética: discutindo práticas Profa. Dra. Elvira Cristina Martins Tassoni e Profa. Dra. Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 313
		Karl Marx e o direito- Elementos para uma crítica da teoria das políticas públicas Prof. Dr. Vinícius Gomes Casalino	<i>Campus I</i> Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 314

MINICURSO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I – Prédio H03 (CLC), Laboratório de Informática, Sala 04
Tema:	Gerenciadores e Identificadores bibliográficos para a prática da pesquisa científica e tecnológica
Ministrante:	Prof. Dr. César Antonio Pereira
Ementa:	Apresenta e discute gerenciadores e identificadores bibliográficos, especificamente, o <i>Mendeley</i> e o <i>Orcid</i> .
Objetivo(s):	Conhecer os principais gerenciadores e identificadores bibliográficos utilizados na organização e produção da informação científica e tecnológica.
Conteúdo Programático:	<ul style="list-style-type: none">▪ Informação e seu fluxo em Ciência, Tecnologia & Inovação.▪ Gerenciadores bibliográficos: <i>Mendeley</i>.▪ Identificadores bibliográficos: <i>Orcid</i>.
Referências:	<p>CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2003.</p> <p>POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Orgs.). Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.</p> <p>SAYÃO, Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. <i>Ciência da Informação</i>, v. 25, n. 3, p. 314-318, set./dez., 1996.</p>

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I – Prédio H06 (CEATEC), Laboratório de Informática , Salas 13 e 14
Tema:	Técnicas aplicadas para a leitura e escrita de Artigos Científicos
Ministrante:	Profa. Dra. Betânia Hoss Lunelli
Ementa:	Proporciona uma experiência de acesso a bases de artigos científicos indexados nacionais e internacionais. Demonstra a importância da leitura correta de um artigo científico. Apresenta as etapas de redação de um artigo científico.
Objetivo(s):	Fornecer aos interessados ferramentas para ampliar a capacidade de busca de literatura atualizada e qualificada sobre um tema de interesse, bem como apresentar técnicas para a leitura, elaboração e escrita de artigos científicos.
Conteúdo Programático:	<ul style="list-style-type: none">▪ Aplicação prática de busca e acesso a artigos científicos sobre assunto de interesse, nas bases de dados científicos <i>ScienceDirect</i>®, Periódicos Capes e <i>Scientific Electronic Library Online</i>® (SciELO).▪ Guia prático de leitura de artigos científicos (decidir o que ler, leitura em profundidade e ficha de leitura).▪ Guia prático de elaboração e escrita de artigos científicos. Etapas de redação.
Referências:	<p>GASTEL, B., DAY, R.A. <i>How to write and publish a scientific paper</i>. 8th ed. ABC-CLIO, 2016.</p> <p>MATARESE, V. <i>Using strategic, critical reading of research papers to teach scientific writing: the reading–research–writing continuum</i>. <i>Supporting Research Writing</i>, p. 73-89, 2013.</p> <p>PAIN, E. <i>How to (seriously) read a scientific paper</i>. <i>Science</i>, 2016. Disponível em: http://www.sciencemag.org/careers/2016/03/how-seriously-read-scientific-paper. Acessado em: 12/08/2017.</p> <p>SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora. São Paulo, SP, 2017.</p> <p>VOLPATO, G.L. Guia prático para redação científica; publique em revistas internacionais. Best Writing editora, 2015.</p>

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I – Prédio H06 (CEATEC), Laboratório de Informática, Label, Sala 16
Tema:	Simulação de Sistemas de Comunicações Ópticas
Ministrante:	Prof. Dr. Eric Alberto de Mello Fagotto
Ementa:	Discute a simulação de sinais em fibras ópticas e redes ópticas, mediante o uso de uma ferramenta de simulação.
Objetivo(s):	Introduzir o estudante nos princípios básicos da simulação de sistemas de comunicações ópticas.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. Simulação com o VPItransmissionMaker™2. Enlaces ópticos3. Ruído ASE4. Análise Espectral5. Análise Temporal6. Medição de Taxa de Erro de Bit7. Formatos de Modulação Avançados
Referências:	<p>AGRAWAL, Govind P. <i>Nonlinear fiber optics</i>, 5th edition. Academic Press, 2012.</p> <p>K. KIKUCHI, <i>Fundamentals of Coherent Optical Fiber Communications</i>, in Journal of Lightwave Technology, vol. 34, no. 1, pp. 157-179, Jan.1, 1 2016.</p> <p>A. M. J. KOONEN and E. TANGDIONGGA, <i>Photonic Home Area Networks</i>, in Journal of Lightwave Technology, vol. 32, no. 4, pp. 591-604, Feb.15, 2014.</p> <p>J. TANG, J. HE, D. LI, M. CHEN and L. CHEN, <i>64/128-QAM Half-Cycle Subcarrier Modulation for Short-Reach Optical Communications</i>, in IEEE Photonics Technology Letters, vol. 27, no. 3, pp. 284-287, Feb.1, 1 2015.</p> <p>VPIphotonics, Photonics Curriculum v.8.1, http://www.vpiphotonics.com/Community, Germany, 2014.</p>

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I - Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 308
Tema:	Da distinção teórica entre princípios lógicos, científicos e jurídicos
Ministrante:	Prof. Dr. Josué Mastrodi Neto
Ementa:	Em termos realistas, entende-se o direito como consequência das relações sociais, dos valores de uma sociedade, seus interesses e vontades, e não como efeito natural ou decorrência lógica dessas mesmas relações. Nesse sentido, a ciência do direito não deve ser desenvolvida nos mesmos termos das ciências naturais ou da lógica formal. Os princípios naturais e lógicos, base das ciências naturais e da lógica, são essencialmente distintos dos princípios normativos, base da ciência do direito. A confusão entre eles acaba por apresentar o direito como se ele pudesse ser compreendido na forma de um sistema baseado em princípios naturais, para lhe dar a aparência de verdadeiro, ou baseado em princípios lógicos, para lhe dar a aparência de imutável.
Objetivo(s):	<u>Objetivo geral:</u> Conferir ao público-alvo, formado por alunos de cursos de graduação na área de ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas, condições de precisar, segundo parâmetros da lógica, os limites epistemológicos da ciência do direito. <u>Objetivos específicos:</u> Distinguir os princípios normativos dos princípios que regem a lógica e a natureza.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. Lógica e sistemas de pensamento.<ol style="list-style-type: none">1.1. Os três princípios fundamentais da lógica.1.2. Os axiomas do sistema lógico.2. Sistemas de pensamento.<ol style="list-style-type: none">2.1. Sistema lógico.2.2. Sistema científico ou natural.2.3. Sistema cultural ou normativo.3. Sobre sistemas lógicos e sistemas normativos.<ol style="list-style-type: none">3.1. Sistemas lógicos são a forma dos sistemas normativos.3.2. Nem a sociedade nem o direito são racionais.3.3. Princípios normativos como lugares-comuns (topoi).3.4. De que modo lugares-comuns se tornam prescrições normativas.
Referências:	COPI, Irving M. Introdução à lógica. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978. HABA, Enrique P. <i>Metodología realista-crítica y ética del razonamiento judicial: Realismo jurídico como alternativa práctica al discurso de los jueces</i> . Revista Doxa – Cuadernos de Filosofía del Derecho n. 25, 2002, p 503-531. KELSEN, Hans. Normas jurídicas e análise lógica: correspondência trocada entre os Srs. Hans Kelsen e Ulrich Klug. Trad. Paulo Bonavides. Rio de Janeiro: Forense, 1984. _____. Teoria pura do direito. Trad. João Baptista Machado. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. MASTRODI, Josué; OLIVEIRA, Thiago Silva Freitas. Da distinção teórica entre princípios lógicos, científicos e jurídicos. In Quaestio Juris, v. 10, n. 02, Rio de Janeiro, 2017, p. 818-843. DOI: 10.12957/rqi.2017.25194 WRIGHT, Georg Henrik von. <i>Hay una lógica de las normas?</i> Trad. para o castelhano de Daniel González Lagier. Revista Doxa –Cuadernos de Filosofía del Derecho n 26, 2003, p. 31-52.

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I - Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 309
Tema:	Produtos elaborados a partir da nanotecnologia e a tutela do consumidor: um diálogo entre Direito do Consumidor, Direito dos Resíduos e Direito Ambiental
Ministrante:	Prof. Dr. Cláudio José Franzolin
Ementa:	Sociedade de riscos e novos direitos. Conceito de empresa. Ambientes corporativos e a sociedade de riscos. Conceito, características, exemplos de produtos com nanotecnologias. Conceito jurídico e econômico de consumidor. Legislação consumerista. Conceito de direito de resíduos. Política Nacional de Resíduos Sólidos (L. 12.305/2010). Aspectos gerais e específicos pertinentes à nanotecnologia. Direitos básicos do consumidor e deveres básicos dos fornecedores de produtos com nanotecnologias. O consumo sustentável e os impactos ambientais decorrentes de produtos com nanotecnologias.
Objetivo(s):	<u>Objetivos gerais:</u> delimitar os conceitos jurídicos de consumidor nos termos do Código de Defesa do Consumidor. Descrever os direitos básicos dos consumidores na sociedade de consumo, articulando com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. <u>Objetivos específicos:</u> delimitar e exemplificar produtos com nanotecnologias. Apontar, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, os deveres dos empresários que exploram e comercializam produtos com nanotecnologias.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. Sociedade de riscos: conceito, panorama contemporâneo e a evolução dos novos danos diante das novas tecnologias;<ol style="list-style-type: none">1.1. Definir o que são novos danos diante da sociedade de riscos2. Código de Defesa do Consumidor (L. 8.078/1990): conceito de consumidor, conceito de fornecedor, responsabilidade civil do empresário diante de produtos com defeito e com vício. Reparação de danos materiais e danos morais.3. Produtos com nanotecnologias: compreensão histórica do seu surgimento; característica principal, exemplos.4. Delimitação técnica e jurídica dos produtos com nanotecnologias e os deveres contratuais do consumidor que compra produtos com nanotecnologias5. Deveres do empresário que explora produtos com novas tecnologias: o caso das nanotecnologias6. Destinação ambientalmente correta dos produtos com nanotecnologias e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (L. 12.305/2010).
Referências:	BECK, Ulrich. Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade. Editora 34. São Paulo, 2010. ETC, GRUPO. Nanotecnologia. Os Riscos da Tecnologia do Futuro: Canadá, 2005. FRANZOLIN, Cláudio José. Planned obsolescence and products with nanotechnologies and the duty of consumer protection in their environmental vulnerability under the perspective of economic globalization. In Consumer Protection: current challenges and perspective [Editors: Cláudia Lima Marques; Gail Pearson; Fabiana D'Andrea Ramos]. Porto Alegre, Orquestra – Distributor: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, 645-666. HAERBELIN, Martín. Dano não enumerado não é dano não indenizável: uma análise da relação entre a indenizabilidade dos “novos danos” e a eficácia dos direitos fundamentais, com ênfase no direito à privacidade. Revista da AJURIS – v. 40. N. 129 – Março 2013. RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU de 12 de Março de 2014 com a Comissão de regulamento delegada de 12 de dezembro de 2013, altera o Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à prestação de informação sobre os alimentos para os consumidores no que diz respeito à definição de 'nanomateriais artificiais' (C (2013) 08 887 - 2013/2997 (DEA) Disponível em: < http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&language=EN&reference=P7-TA-2014-0218 >. Acesso em 30/07/2017.

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I - Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 310
Tema:	Fundamentos da Educação: História, Sociologia e Filosofia em debate
Ministrantes:	Prof. Dr. André Pires Prof. Dr. Artur José Renda Vitorino Prof. Dr. Samuel Mendonça
Ementa:	Discute os fundamentos da área de Educação, com destaque para a História, a Sociologia e a Filosofia. Elenca aspectos de interdisciplinaridade na formação de estudantes de cursos de licenciatura com o propósito de enfatizar a importância de uma formação rigorosa e robusta, considerada na perspectiva de autores clássicos das referidas áreas.
Objetivo(s):	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentar os fundamentos da área de Educação, com destaque para a História, a Sociologia e a Filosofia;▪ Analisar a interdisciplinaridade como vetor fundamental da formação de estudantes de cursos de licenciatura;▪ Discutir a necessidade da leitura de clássicos do pensamento histórico, sociológico e filosófico, para a formação de professores.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. A área de Educação na CAPES e no CNPq: fragilidades de um conceito de ciência2. Fundamentos da Educação: História3. Fundamentos da Educação: Sociologia4. Fundamentos da Educação: Filosofia5. Interdisciplinaridade e leitura dos clássicos como vetores da formação de professores
Referências:	AZANHA, José Mário Pires. Uma ideia de pesquisa educacional. 2. ed. São Paulo: EDUSP; 2011. CARVALHO, Adalberto Dias de. Epistemologia das Ciências da Educação. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1996. DALBOSCO, Cláudio A. Pesquisa educacional e experiência humana na perspectiva hermenêutica. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 44, n. 154, p. 1028-1051, dezembro, 2014. ESTRELA, Albano. Pedagogia, Ciência da Educação? Porto: Porto Editora LDA, 1992. MENDONÇA, Samuel. Problemas e Desafios para a Produção do Conhecimento em Educação: Fundamentos Filosóficos. Educação em Foco. Juiz de Fora. v. 20, nº 2, p. 71-94, jul/2015.

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I - Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 312
Tema:	Trabalho decente no marco da Organização Internacional do Trabalho
Ministrante:	Prof. Dr. Silvio Beltramelli Neto
Ementa:	Apresenta o conceito de trabalho decente, concebido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Analisa o contexto histórico e as circunstâncias institucionais que levaram a OIT a eleger a ideia de trabalho decente como eixo central de suas ações para o século em curso. Examina sua relação com a teoria do direito ao desenvolvimento social. Aborda os quatro objetivos vinculados à agenda da OIT para o trabalho decente, quais sejam, a geração de empregos, a garantia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, a ampliação da proteção social e o diálogo social, na perspectiva dos direitos humanos.
Objetivo(s):	Dar a conhecer o conteúdo da concepção de trabalho decente segundo a OIT e suas potencialidades, no âmbito da cooperação jurídica internacional e de sua influência nas políticas públicas nacionais. Evidenciar a relação do trabalho decente com a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento social. Proporcionar a compreensão do trabalho decente como atual parâmetro global de promoção das relações de trabalho em nível civilizatório. Permitir a reflexão crítica sobre os limites da efetividade das ações baseadas no conceito de trabalho decente à vista das formas hodiernas de trabalho.
Conteúdo Programático:	Conceito e objetivos do trabalho decente, segundo a OIT. Contextualização histórica e institucional (no marco da OIT) da construção da concepção de trabalho decente. O desenvolvimento social como matriz teórica do trabalho decente. Exame individualizado dos objetivos do trabalho decente: geração de empregos, a garantia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, a ampliação da proteção social e o diálogo social. Trabalho decente: potencialidades e debilidades jurídicas e sociais.
Referências:	ABRAMO, Laís. Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 20, n. 2/3, p. 151-171, jul./set. 2010. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação o trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2015. BELTRAMELLI NETO, Silvio. A OIT e a proteção internacional dos direitos humanos em matéria de relações de trabalho. In: LISBOA, Marcos J. A.; GASPAR, Renata A. (Org.). Direito Globalizado, Ética e Cidadania. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, v. 1, p. 125-138. CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. 87ª reunión. <i>Memoria del Director General: trabajo decente</i> , jun. 1999. Disponível em: < http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm >. Acesso em: 14 abr. 2017. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MINICURSO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I - Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 313
Tema:	Pesquisa e Ética: discutindo práticas
Ministrantes:	Profa. Dra. Elvira Cristina Martins Tassoni Profa. Dra. Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha
Ementa:	Discute as questões relativas à integridade ética das atividades científicas, problematizando o compromisso com a fidedignidade pública da ciência e a ampliação do conhecimento humano, em suas mais variadas dimensões.
Objetivo(s):	<ul style="list-style-type: none">▪ Discutir sobre o processo de concepção e realização da pesquisa científica.▪ Conscientizar sobre a importância da fidedignidade e sua relação com os resultados da pesquisa científica.▪ Refletir sobre a produção e comunicação de conhecimento científico, na perspectiva de um empreendimento coletivo.
Conteúdo Programático:	<ul style="list-style-type: none">▪ A atividade científica e sua regulação ética: aspectos históricos▪ Diretrizes éticas para as atividades científicas▪ Boas e Más condutas científicas: o que as define?▪ Modalidades de fraudes ou más condutas: fabricação, falsificação, plágio e autoplágio▪ Ações preventivas, pedagógicas e punitivas: alguns casos em foco▪ Ética nas pesquisas com Seres Humanos: avanços e desafios da regulamentação
Referências:	BRASIL. CNPq. Ética e Integridade na Prática Científica. Brasília. 2011. Pp. 1-4. MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. Physis. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 23 [3]: 763-782, 2013. SÃO PAULO. FAPESP. Código de Boas Práticas Científicas. São Paulo: 2014. Pp. 1-48.

MINICURSO	
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, DAS 17H ÀS 19H	
Local:	Campus I - Complexo CCHSA – Bloco C, Sala 314
Tema:	Karl Marx e o direito - Elementos para uma crítica da teoria das políticas públicas
Ministrante:	Prof. Dr. Vinícius Gomes Casalino
Ementa:	O direito em Karl Marx; O capital: estrutura e forma jurídica; Análise do direito em Evgeny Pachukanis: o direito e a mercadoria; Forma jurídica e forma do Estado: função do poder estatal no contexto da sociedade de classes; Políticas públicas e demandas sociais: direitos fundamentais prestacionais e atuação do Estado; Crítica do caráter ideológico do conceito jurídico de políticas públicas.
Objetivo(s):	Habilitar o aluno de graduação à análise crítica do conceito de políticas públicas e da função que cumprem no contexto de uma sociedade de classes. Viabilizar a compreensão do caráter ideológico de uma teoria jurídica das políticas públicas. Submeter à reflexão os modos e meios de obtenção de eficácia jurídica do conjunto de políticas públicas atualmente positivadas no ordenamento jurídico brasileiro.
Conteúdo Programático:	Pós-modernidade e a importância da retomada do pensamento dos clássicos. A relação conceitual entre direito e mercadoria no capítulo 02 de O capital. Forma jurídica e sujeito de direito em Evgeny Pachukanis. Relações políticas e forma estatal: o papel do Estado como elemento que institucionaliza relações de distribuição. As políticas públicas como mediação de interesses redistributivos entre capital e trabalho: conceito e extensão jurídica.
Referências:	FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. MASCARO, Alysson. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013. PACHUKANIS, E. B. Teoria geral do direito e marxismo. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.